

RALED

VOL. 24(2) 2024



ARTÍCULO

A dimensão discursiva do racismo no Brasil e práticas narrativas de resistência

The discursive dimension of racism in Brazil and narrative practices of resistance

LIANA DE ANDRADE BIAR

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Brasil

ETYELLE PINHEIRO DE ARAÚJO¹

UNIGRANRIO / Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Brasil

ALEXANDRE FLORÊNCIO DOS SANTOS

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Brasil

CLEIDE MARIA DE MELLO

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Brasil

Recebido: 29 de novembro de 2023 | Aceito: 7 de maio de 2024

DOI: 10.35956/v.24.n2.2024.p.27-47

RESUMO

O presente artigo discute, à luz de pensadores/as negros/as contemporâneos, o conceito de raça como construção sustentada por discursos cotidianos e institucionais que naturalizam relações sociais assimétricas e injustas. A partir da base teórico-metodológica da Análise de Narrativa, tomamos como material analítico três contextos: a violência policial no Rio de Janeiro e a luta por justiça das mães de vítimas desse tipo de violência; o cenário corporativo/empresarial e suas políticas de inclusão da população negra e as tensões raciais presentes no contexto da fé protestante no Brasil. Os resultados indicam para cada um desses contextos as disputas discursivas em torno da categoria de raça e as práticas narrativas que funcionam como formas de resistência.

PALAVRAS CHAVE: *Discurso. Análise de Narrativa. Relações Étnico-raciais. Racismo. Práticas de Resistência.*

RESUMEN

El presente artículo discute, a la luz de académicos negros contemporáneos, el concepto de raza como una construcción sostenida por discursos cotidianos e institucionales que naturalizan relaciones racializadas asimétricas. Basándose en el marco teórico y metodológico del Análisis Narrativo, los datos provienen de tres contextos: la violencia policial en Río de Janeiro y la lucha por la justicia de las madres de las víctimas de este tipo de violencia; el entorno corporativo/empresarial y sus políticas de inclusión de la población negra; y las tensiones raciales en el contexto de la fe protestante en Brasil. El análisis indica varias disputas discursivas en torno a la categoría de raza y las prácticas narrativas que funcionan como formas de resistencia en cada contexto analizado.

PALABRAS CLAVE: *Discurso. Análisis del Discurso Narrativo. Relaciones Raciales y Étnicas. Racismo. Prácticas de Resistencia.*

ABSTRACT

In the light of contemporary Black scholars, this paper discusses the concept of race as a construction sustained by everyday and institutional discourses that naturalize racialized asymmetrical relations. Drawing on the theoretical and methodological framework of Narrative Analysis, the data derive from three contexts: police violence in Rio de Janeiro and the struggle for justice by the mothers of victims of this type of violence; the corporate/business environment and its policies for the inclusion of the Black population; and the racial tensions in the context of Protestant faith in

1 Este artigo foi produzido com fomento da bolsa FAPERJ PDR10

Brazil. The analysis indicates several discursive disputes surrounding the category of race and the narrative practices that function as forms of resistance in each analyzed context.

KEYWORDS: *Discourse. Narrative Analysis. Racial and Ethnic Relations. Racism. Practices of Resistance.*

Introdução

O presente artigo nasce de um trabalho conjunto de membros e membras do grupo de pesquisa NAVIS – Narrativa e Interação Social da PUC-Rio. Em 2022, o grupo integrou o corpo docente do *Certificado em Estudos Afrolatinoamericanos*, oferecido pelo *Afro-Latin American Research Institute (ALARI)* da Universidade de Harvard. O *Certificado* reúne uma série de cursos de extensão multidisciplinares, na modalidade virtual, dedicados ao estudo das experiências, histórias, contribuições e desafios enfrentados pela população afrodescendente na América Latina, desde os períodos coloniais até o presente. Nossa contribuição, focada em narrativas que emergem no contexto brasileiro contemporâneo, esteve baseada em pesquisas em andamento desenvolvidas pelos/as presentes autores/as e agora se converte neste texto, uma síntese de nossas reflexões para a discussão das questões étnico-raciais latinoamericanas com foco em uma perspectiva discursiva.

Tal como no curso, nosso objetivo aqui é discutir o conceito de raça como construção simbólica que organiza um sistema de poder socioeconômico de exploração e de exclusão (Hall 2015), sustentado por discursos cotidianos e institucionais que naturalizam relações assimétricas em que apenas determinados tipos de sujeito são racializados. A partir da base teórico-metodológica da Análise de Narrativa – método de análise que confere protagonismo às histórias de vida como forma de organização da realidade social –, abordaremos as disputas discursivas em torno da categoria de raça. Mais especificamente, mostraremos como diferentes práticas narrativas contemporâneas atuam na arena do racismo estrutural² (Almeida 2019) enquanto formas de resistência. Para isso, tomamos como material analítico três contextos que, apesar de distintos em termos históricos e políticos, ilustram a maneira como o racismo se estrutura e se materializa em diferentes esferas da sociedade brasileira. São eles: (i) a violência policial no Rio de Janeiro e a luta por justiça das mães de vítimas desse tipo de violência; (ii) o cenário corporativo/empresarial e suas políticas de inclusão da população negra e (iii) as tensões raciais presentes no contexto da fé protestante no Brasil.

O artigo está organizado em quatro sessões, distribuídas como se segue. Na primeira, de natureza conceitual, apresentamos as noções de linguagem, discurso e narrativa em sua dimensão constitutiva do racismo estrutural e estruturante. As três seções seguintes são temáticas, e se debruçam sobre a materialização do racismo nas três esferas acima descritas. Em cada um dos contextos, estaremos atentos/as tanto à constituição discursiva do racismo quanto às atividades, movimentos e iniciativas combativas que, por meio da prática narrativa, colaboram para fissurar a ordem racista.

1. A dimensão discursiva do racismo

Ao longo deste texto, abordaremos a noção de raça e de racismo desde sua dimensão simbólica e, mais especificamente, narrativa. Para isso, partimos de uma concepção não representacionista e construcionista de linguagem e discurso (Gergen e Gergen 2006). Nessa visada, concebemos as práticas simbólicas como constitutivas da realidade social, fundantes por exemplo, das próprias

2 A noção de racismo estrutural será abordada na seção 1. A dimensão discursiva do racismo.

categorias com as quais lidamos neste artigo. Estamos alinhados/as aqui com a ideia de que raça e racismo são construtos que ganham existência sociocultural na medida em que vão sendo moldados por nossas práticas discursivas e por nossa participação em embates nas arenas públicas que legitimam seus sentidos. Conforme nos diz Melo *et. al.* (2022), é a linguagem que dá existência à raça. Para Kilomba (2008), também citada em Melo *et. al.* (2022), “a língua [...] tem uma dimensão política de criar, fixar e perpetuar relações de poder e de violência [...] e nos informa constantemente sobre quem é normal e quem pode representar a verdadeira condição humana”. No entanto, longe de serem fixos e estáveis, os significados em torno da noção de raça são objeto de constante disputa entre diferentes grupos sociais (Bakhtin 1979). A estabilização contingente de seus significados sociais deve ser pensada a partir de usos em contextos históricos, culturais, ideológicos e situacionais.

Tentamos aqui pensar analogamente à muito citada noção de gênero desenvolvida por J. Butler (1990): mais que uma substância, algo que reflete uma categoria do mundo natural, entendemos raça como uma construção simbólica – alguma coisa que foi em primeiro lugar enunciada por alguém que atribuiu a ela um sentido, e, depois de fundada, foi estabilizada, cristalizada em práticas interacionais humanas, se constituindo como um regime de verdade (Foucault 1997). Naturalmente, essas práticas discursivas não acontecem no vácuo, mas em “molduras regulatórias” carregadas de relações de poder, e respaldadas por instituições científicas, religiosas, econômicas, jurídicas etc, responsáveis por selecionar, controlar e fazer circular os discursos sobre raça.

Também a partir de uma visão anti-essencialista e não representacionista, Stuart Hall (2015) trata a categoria de raça como algo que se assemelha mais a uma linguagem que a uma característica bio-física. A racialização das pessoas deriva e se alimenta das práticas sociais. Ao desnaturalizar o conceito, afastá-lo da aparência de substância natural que ele adquiriu ao longo dos séculos, Hall reforça seu lugar enquanto construção discursiva, isto é, como produção, em primeiro lugar, de pessoas fazendo coisas juntas, como já se disse, em situações sociais fincadas na história, nas relações culturais e nas relações de poder. Hall define raça, então, como um “significante flutuante”: seu sentido é instável, ideológico, está sempre deslizando, sempre em disputa, e pode indexicalizar diferentes coisas em diferentes épocas e lugares (Hall 2015).

Apesar de flutuantes, sentidos e discursos racializados produzidos ao longo da história geraram efeitos estrondosos (Almeida 2019). Ainda de acordo com Hall, é a raça que está na base da organização de um sistema socioeconômico secular que produz diferença, exploração e exclusão. À luz disso, compreende-se “racismo” como a violência que resulta da naturalização de diferenças racializadas.

É preciso insistir aqui que o racismo não é um acontecimento momentâneo ou pontual; é uma experiência contínua que atravessa a biografia do indivíduo; uma experiência que envolve uma memória histórica de opressão racial, escravidão e colonização, que é consequência de um padrão histórico de abuso racial. O racismo que se inscreve na pele de pessoas negras (Fanon 2008) funciona através de uma cadeia de discursos que cria e sustenta perversamente identidades sem lugar, construindo negros como corpos impróprios, marcados, fora da norma (Lorde 2009). O racismo, então, “se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos a depender do grupo racial a qual pertençam” (Almeida 2019: 27). Tipicamente, o racismo subjugava pessoas negras em relações de dominação. No Brasil contemporâneo, as transformações políticas e econômicas do país fizeram variar esse lugar da senzala à favela, os cortiços, porões e conjuntos habitacionais – mas sempre na mesma chave do controle, inferioridade e dominação (Gonzalez 1982).

A pessoa negra, enquanto outridade, é construída apenas na sua relação com os brancos (Kilomba 2019; Fanon 2008). Nesse sentido, o racismo desidentifica – extrai das pessoas negras qualquer possibilidade substantiva de “ser”. Esse “não ser” esteve na base de várias configurações ao longo da história brasileira – desde a transformação em mercadoria (nos tempos coloniais), ao apagamento da identidade negra (com o mito da democracia racial).

Almeida (2019) ainda salienta que usar o termo “estrutura” para explicar o funcionamento do racismo na sociedade não significa dizer que o racismo seja uma condição incontornável e que ações e políticas antirracistas sejam inúteis. Pelo contrário, a mudança desse cenário é possível a partir da mobilização de diversos segmentos da sociedade, movimentos sociais, além da adoção de posturas antirracistas por parte de indivíduos e instituições. Defendemos que, ao analisar o discurso, podemos observar alguns do *loci* de permanências e rupturas do racismo estrutural na sociedade brasileira.

Tendo em vista esse arcabouço fundamental, nas próximas seções nos interessará pensar nos significados raciais que circulam em diferentes contextos, que reforçam, ou por vezes desafiam, significados hegemônicos. Ademais, é nosso objetivo observar como o racismo é combatido por diferentes grupos sociais conforme seus sentidos vão sendo disputados na luta política por sua desnaturalização. Apostamos aqui que práticas narrativas podem ser centrais nesses processos.

2. Narrativa como prática de resistência em diferentes esferas da vida social.

Em um sentido pré-teórico, narrativas podem ser definidas como relatos de eventos que presumidamente ocorreram em um passado pré-narrativo apreensível e bem definido, pronto para ser “contado”. No entanto, tendo em vista a perspectiva performativa de linguagem e discurso explorada anteriormente, recusaremos a ideia segundo a qual as narrativas simplesmente representem eventos passados que pré-existem ao próprio evento narrativo, ou que existem em função de práticas discursivas a serviço de simplesmente recapitular e rememorar o passado. No lugar disso, compreendemos a narrativa como prática (De Fina 2021): é justamente a atividade de narrar – com e para alguém, em determinado contexto, sob contingências locais, culturais e históricas – que confere ordem e coerência aos eventos, estruturando a experiência social (Linde 1993).

A estruturação da experiência em nossa cultura pode se dar de forma razoavelmente estável. Labov e Waletzky foram responsáveis por descrever essa estrutura básica conforme explicamos a seguir (Labov 1972; Labov e Waletzky 1977):

(i) É comum que, por exemplo, ao reivindicarmos em uma dada interação um espaço para narrar, comecemos por um **resumo** (ou sumário). Nele, enquadraremos o que vai ser dito em uma determinada chave interpretativa.

(ii) Antes de iniciar as ações em si, tendemos a construir uma **contextualização** para os eventos narrados, isto é, falamos do “quando”, do “onde” e dos demais estados iniciais que vão ser alterados no curso da narrativa. Ao fazer isso, tomamos — quase sempre de modo cooperativo com nossos interlocutores — uma série de decisões sobre a forma de contar que vão importar para os efeitos discursivos da história na interação.

(iii) Naquilo que forma o núcleo das histórias, ou seja, os eventos em torno dos quais elas se constituem, temos de arrumar as **ações narradas** em orações, que são postas em uma determinada

ordem cronológica. Também decorre desse ordenamento uma série de relações de causa e efeito que importam para uma análise de seus significados.

(iv) Ao tomar parte em práticas narrativas, estamos todo o tempo atribuindo, avaliando e negociando significados compartilhados sobre os personagens narrados, os eventos em que eles participam, os cenários em que os eventos se dão, dentre muitos outros elementos. A **avaliação** é, assim, um movimento retórico recorrente nas narrativas, e pode se manifestar tanto quando o/a narrador/a interrompe o fluxo dos eventos para fazer uma apreciação, quanto de forma encaixada, a partir de escolhas de palavras e outras sinalizações não-verbais, como silêncios, ênfases, expressões faciais.

(v) Frequentemente, ao final das nossas histórias, incluímos uma **coda**, um comentário final que enquadra o que foi contado. Nesse momento, retornamos ao presente da interação para construir, junto aos nossos interlocutores, um sentido — por vezes moralizante e sempre avaliativo — para o evento narrado.

A literatura do campo da Análise de Narrativa problematizou esse esquema básico e expandiu a categoria narrativa de modo a acolher formas de narrar bem menos prototípicas que a laboviana. Seja qual for o formato sobre o qual nos debruçemos, é importante considerar que todas as etapas e escolhas próprias da construção narrativa se dão não de maneira livre e individual, mas são co-construídas no contexto situacional, conforme expectativas que se negociam sobre o evento narrativo e também de acordo com expectativas culturais, sistemas de crenças, ideologias, e condições contextuais mais macro estruturantes (Linde 1990).

É nesse sentido que consideramos a narrativa um objeto caro para a análise discursiva das questões raciais. Observaremos nas próximas seções, em diferentes contextos, a relação que se estabelece entre o modo como certas histórias foram contadas e concepções naturalizadas de raça. Do mesmo modo, procuraremos demonstrar como *narrativas-como-práticas* podem funcionar, elas mesmas, como motores de desnaturalização dessas relações, isto é, como forma de atuar na produção de resistências e na imaginação relações mais justas.

3. Lutas sociais e as contra-narrativas de mães no contexto da violência do Estado nas favelas do Rio de Janeiro

Todos os anos milhares de jovens negros são assassinados por policiais durante suas incursões nas favelas brasileiras, sob a bandeira da dita legítima defesa. Por exemplo, em 2022, foram 1.327 mortes no estado do Rio de Janeiro. São mortes que ocorrem, na maioria das vezes, nas favelas, por conta de incursões policiais que visam o chamado “combate às drogas”. A população negra compõe 80% desse número. Essas mortes perpetradas pelo Estado são classificadas pelo código penal brasileiro como homicídio decorrente de intervenção policial³ – em substituição à antiga

3 Há muitos problemas envolvendo essa classificação e suas diligências, por exemplo, há vários casos de alteração e manipulação da cena do crime, de modo a construir a vítima como um criminoso que estaria trocando tiros com a polícia e, por isso, foi alvejado. O maior problema é que muitos desses Inquéritos

nomenclatura “auto de resistência” –, isto é, quando o policial mata uma pessoa e afirma que o fez em legítima defesa. Em termos legais, sociais e políticos, essa classificação significa uma série de diligências específicas a serem seguidas e outras a serem excluídas do processo, e é como um estigma estampado na certidão de óbito: morreu pelas mãos da polícia, o que, vulgarmente, significa “era bandido” – já que, teoricamente, um “cidadão de bem” não será uma vítima de um disparo efetuado por um policial.

Contra esse cenário, algumas mães de vítimas da violência policial engajam-se em movimentos sociais como a Rede de Comunidades e Movimentos contra Violência (doravante Rede), o Núcleo de Mães Vítimas de Violência e o movimento Mães de Manguinhos, dentre outros. Em organizações desse tipo, essas mulheres compartilham suas dores e se unem na luta por justiça. Nas manifestações organizadas por esses movimentos, os familiares vestem camisas com a foto de seus filhos vitimados pela violência, levantam cartazes contendo denúncias e demandas e, com o uso de um microfone ou megafone, contam suas histórias para uma audiência composta por pessoas que assistem ao protesto ou que apenas estão passando pelo local. A pesquisa de Araújo (2022) indica que é no ato de narrar que essas mulheres transformam o luto em ação política. Neste artigo apontaremos para mais uma ação que essas narrativas fazem: elas contestam significados específicos do racismo estrutural ao se configurarem como práticas de resistência ao racismo e à violência policial.

Para entender isso, observaremos detalhadamente uma narrativa contada por Ana Paula em um dos protestos organizados por movimentos de mães de vítimas da violência policial. Ana Paula Oliveira é mãe de Johnatha de Oliveira Lima. Ele foi morto aos 19 anos de idade, durante uma operação policial encabeçada pela Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) na favela de Manguinhos, Zona Norte do Rio de Janeiro. Johnatha foi acusado de estar trocando tiros com os policiais; por esse motivo, sua morte foi classificada como homicídio decorrente de intervenção policial. O discurso de Ana Paula foi gravado durante uma manifestação em frente ao Ministério Público do mesmo estado.

Araújo (2022) chama de narrativas de engajamento as histórias contadas pelos familiares de vítimas da violência em protestos, pois tais narrativas contam com uma organização peculiar, diferente de outras histórias cotidianas. Elas contam com elementos que se fazem presentes em maior e menor grau na apresentação de cada um dos familiares em diferentes manifestações.

O primeiro é chamado de **apresentação inicial**, em que, geralmente, os familiares abrem a narrativa trazendo breves informações sobre o filho vítima da violência policial e sobre o local de moradia. Ana Paula abre seu momento ao microfone dizendo:

Excerto 1:

Meu nome é Ana Paula, sou moradora da favela de Manguinhos. Eu sou a mãe de Johnata Oliveira.

não se tornam denúncia e os casos são arquivados (Misse 2001). Nesse cenário, os movimentos sociais exercem importante papel para pressionar as instituições para que as investigações e posteriores julgamentos sejam concluídos.

O segundo elemento é a **contextualização política**, momento que se descreve o racismo e a violência policial nas favelas do Rio de Janeiro, dando ênfase ao cenário mais amplo que envolve a morte, não apenas de seu filho, mas dos filhos dos outros participantes de movimentos sociais. Nesse ponto Ana Paula afirma:

Excerto 2:

Nossos filhos foram assassinados, por causa desse sistema racista. Que diz que moradores de favelas, jovens, negros, pobres, moradores de periferias, tem que ser assassiados. Não vem com esse discurso de que “ah, o combate às drogas”, na verdade não é isso. Nós, que moramos em favelas, que perdemos nossos filhos injustamente, sabemos que o que há é o combate aos pobres. Estão matando nossos filhos e ninguém se importa?

O terceiro é a **história particular**: momento no qual os familiares efetivamente narram a experiência pessoal, como se deu a morte do filho. No caso da narrativa de Ana Paula, ela inclusive nomeia o policial responsável pela morte de Johnatha, construindo um caráter mais pessoalizado da violência policial. Ela diz:

Excerto 3:

O meu filho, ele foi assassinado aos dezenove anos de idade com um tiro nas costas, totalmente indefeso. E é por isso que eu tô aqui hoje, junto com esas mães, com esses pais, com esses familiares, sabe por quê? O policial que assassinou o meu filho, X, o nome dele, foi o policial que desgraçou a minha vida.

O último é chamado de **coda avaliativa**, uma expressão técnica que descreve o momento em que os familiares encerram a história, produzindo muitas avaliações – geralmente pontuando questões sobre o racismo estrutural. Ana Paula, por exemplo, finaliza sua história com avaliações que funcionam como denúncias das práticas do sistema judiciário que geram a sensação de impunidade:

Excerto 4:

Mas se houvesse justiça, de repente o meu filho estaria vivo hoje. Porque esse mesmo policial já havia sido preso um ano antes, ele responde a processo por triplo homicídio e por tentativa de homicídio e ninguém fez nada, a justiça não aconteceu.

Observando a narrativa acima, podemos destacar duas interessantes características que geralmente se fazem presentes nas narrativas de movimentos sociais como o Mães de Manguinhos: primeiramente, são narrativas que transitam entre questões de ordem individual, que nesse caso, fazem referência à perda de um filho; e questões de ordem coletiva, mais especificamente, a violência policial nas favelas e as práticas racistas das variadas instâncias do Estado, que retroalimentam esse cenário. Essa habilidade de conectar uma história de sofrimento individual com uma coletividade é o que põe em destaque a denúncia que as mães fazem em suas histórias. São histórias de diferentes pessoas, mas quando contadas juntas no contexto das manifestações, sublinham o paralelismo que existe entre elas. De tão similares, parece até que são histórias repetidas que expressam a seguinte linha temporal: começam com a descrição de um jovem negro, depois de uma incursão policial, narram a morte desse jovem, o Registro de Ocorrência com a

classificação “morte decorrente de intervenção de agente do Estado”, a luta de seus familiares por justiça, prosseguem com a demora para a apuração do caso e, quase sempre, terminam com o arquivamento do processo judicial. A repetição dessas histórias evidencia o cenário macrosocial que permeia essas mortes, um cenário composto pelo racismo estrutural e pelas práticas necropolíticas do Estado na alegada “guerra às drogas”.

A segunda característica que destacamos na narrativa de Ana Paula e demais mães participantes de movimentos sociais é que são narrativas que tratam de dor e sofrimento, mas que também tratam de resistência e ação coletiva. Relembrando um conceito da autora Conceição Evaristo (2017), podemos dizer que essas narrativas são *Escrevivências*. A Escrevivência significa o ato de contar histórias pessoais, particulares, fazendo referências a outras experiências de um grupo, experiências que são coletivizadas. Conceição Evaristo afirma que a prática da Escrevivência acontece porque o indivíduo da literatura e da comunidade negra, tipicamente, tem a sua existência marcada por uma cumplicidade com seus pares, seus semelhantes.

Para além das características mais específicas das narrativas de mães engajadas em movimentos sociais, o ativismo delas representa uma prática de resistência, uma recusa ao discurso do acidente – como se mortes tal qual a de Johnatha fossem apenas erros isolados de alguns policiais. Elas representam, portanto, uma recusa à banalização dessas mortes. É nítido que a morte de indivíduos negros nas favelas tornou-se banal, sobre isso, em entrevista, o pesquisador Bruno Paes Manso afirma que, para a opinião pública, as pessoas que morrem em confrontos com a polícia são aquelas que, de alguma maneira, tinham uma “justificativa” para morrer. Geralmente suspeitos de serem criminosos, são os grupos que a sociedade considera como “matáveis” (Veiga 2020). Os grupos matáveis seriam aqueles que não são considerados dignos de luto, ou, para seguir uma terminologia de Judith Butler (2019), são grupos que não são “pranteáveis”, não são dignas de um choro. O processo de banalização dessas mortes também tem relação com a caracterização moral da vítima, pois “coincidentemente”, os números indicam que os grupos “matáveis” são, em sua maioria, negros, pobres, moradores de periferia, que foram taxados como criminosos. Todavia, quando as mães de vítimas da violência policial choram por seus filhos em público, produzindo narrativas alternativas às “oficiais”, que constam no Registro de Ocorrência, elas reenquadram tais mortes como mortes pranteáveis, dignas de luto, enfatizando que são vidas que importam. Isso transforma o luto público dessas mulheres em um ato político.

Nesse sentido, reforçamos que as narrativas dos familiares de vítimas da violência representam práticas de resistência que denunciam como o racismo opera nas mais diversas instâncias do Estado. E se reexistir faz referência à desestabilização de discursos já cristalizados na sociedade (Souza 2009), as mães reexistem na medida em que ressignificam a morte de seus filhos. Em outras palavras, a luta dessas mulheres pode ser compreendida como práticas de reexistência que produzem os seguintes efeitos discursivos: 1) desbanalizam as mortes ocorridas na favela, retirando-as da esfera das estatísticas; 2) atribuem um rosto às consequências do racismo, humanizando as vítimas da violência policial; e 3) desconstroem generalizações produzidas pelos discursos do senso comum, tais como “se morreu é porque fez algo de errado” ou “bandido bom é bandido morto”. Portanto, as mães participantes de movimentos sociais, com suas narrativas de engajamento, chamam a atenção da sociedade para o problema da violência policial nas favelas, redescrivendo essas mortes como parte de uma lógica de atuação necropolítica (Mbembe 2018) do Estado. Isso insere essas histórias no centro dos embates discursivos que tratam do lugar do negro na sociedade. Na contramão do

sistema, as mães resistem ao lugar da subordinação e da criminalização que foi designado para esses grupos ao longo da história (Gonzalez 1986).

4. Análise de discursos anti-racistas em empresas

Nesta seção, identificamos outra forma de manifestação racista, que chamaremos “racismo corporativo”, aqui definido como um tipo de desigualdade racialmente marcada, patente na distribuição de cargos de chefia em grandes empresas e corporações. Segundo informações do Censo Demográfico de 2022, no Brasil, verifica-se que 56% da população é composta de pessoas negras, enquanto a representação dessa população em cargos do alto escalão nas empresas é insignificante. Um levantamento realizado pelo Instituto Ethos, publicado pela revista Você S/A, em 2017, apresentou resultados segregacionistas em 500 das maiores empresas do Brasil. No quadro executivo dessas empresas, observa-se um percentual de 95,1% de pessoas brancas e, conseqüentemente, apenas 4,9% de funcionários/as negros/as. Acerca desse fenômeno, nos debruçamos sobre dois eventos discursivos que lançam luz sobre os embates relevantes para compreender as suas configurações atuais, iluminando certas formas de resistência.

O excerto apresentado a seguir se refere a uma postagem assinada pelo empresário Theo Van der Loo, um conhecido “CEO” (Diretor Executivo) de uma empresa multinacional. Trata-se de um homem branco, que escreve, na rede social *LinkedIn*, uma pequena narrativa acerca dos seguintes eventos: um conhecido seu teria sido selecionado para uma entrevista de emprego, e seu recrutador, ao tomar conhecimento do fenótipo desse conhecido, teria se recusado a atendê-lo, usando a frase que dá título à postagem: “*Eu não entrevisto negros*”. A postagem teve uma repercussão intensa, e seu autor, desde então, tornou-se um ativista pela diversidade e inclusão no meio corporativo, passando a promover encontros de letramento racial e de gênero com seus pares executivos. Vejamos abaixo a reprodução da postagem:

Excerto 5:

IMAGEM 1

Van der Loo, T. “Eu não entrevisto negros”. In: LinkedIn. Disponível em: https://www.linkedin.com/posts/theovanderloo_activity-6252683829606182912-kPII/



Theo van der Loo • Seguindo
Founder and CEO at NatuScience S.A.
2 a • Editado

"NÃO ENTREVISTO NEGROS"

Ontem, dia 24 de Março, ouvi uma história inaceitável e revoltante.

Um conhecido meu, afro-descendente, com uma excelente formação e currículo, foi fazer uma entrevista. Quando o entrevistador viu sua origem étnica disse à pessoa de RH que ele não sabia deste detalhe e que não entrevistava negros!

Eu disse ao meu amigo para fazer uma denúncia. Aí outra surpresa!

A resposta: "Pensei, mas achei melhor não fazer, pois posso queimar minha imagem. Sou de família simples e humilde custou muito para chegar onde cheguei".

Iniciamos a análise da postagem de Theo Van der Loo nos perguntando, mais especificamente, sobre quais crenças e ideologias em embate no ambiente corporativo se fazem presentes em sua narrativa, e de que maneira esses elementos embasam e fortalecem (ou não) os movimentos antirracistas. Algumas pistas presentes na breve narrativa do executivo serão úteis para responder a essa pergunta.

A narrativa coloca em relação apenas 3 personagens (o narrador, seu conhecido recusado na entrevista de emprego e o entrevistador), os quais interagem em referência a dois eventos específicos, bem situados no espaço-tempo: a entrevista de emprego (que não ocorreu) e a conversa posterior sobre a entrevista de emprego. Toda a história, que é avaliada como “*inaceitável*” e “*revoltante*”, ilustra uma tomada de consciência da parte do narrador em relação ao racismo. A própria narrativa enquadra os dois eventos como uma e outra “surpresa”. Em outras palavras, os eventos são enquadrados como reveladores de algo que não se sabe. Além disso, nota-se que o narrador não nomeia o seu protagonista, mas elabora para ele uma predicação que indicia distância ou pouca familiaridade com as discussões sobre racismo no Brasil. A caracterização do personagem a partir da escolha “afrodescendente” destoa, como veremos a seguir, do léxico corrente próprio dos movimentos de letramento racial.

Essa localização espaço-temporal restrita junto a uma atitude epistêmica de quem está se dando conta de duas coisas: (i) da existência de racismo corporativo e (ii) das dificuldades enfrentadas por um candidato negro para fazer queixa formal da discriminação sofrida. Essas são características formais da narrativa que apontam, em nossa interpretação, para um discurso referenciado na branquitude, legado da crença na superioridade branca produzida em outros tempos históricos, mas que, contemporaneamente, se manifesta na invisibilização da questão racial na explicação de assimetrias sociais de várias ordens.

Theo parece estar descrevendo uma epifania em relação ao racismo, que ganha existência e palpabilidade apenas a partir do seu contato com um “*conhecido afrodescendente*”. É a partir disso que a função performativa de sua narrativa se constrói: como representante importante do mundo corporativo, o empresário parece estar usando a plataforma para dar a ver, ao público geral, o problema do racismo, presumidamente desconhecido da maioria.

Ainda a esse respeito, uma possível solução para o problema é enunciada em citação indireta: “*eu disse ao meu amigo para fazer uma denúncia*”. Aqui, o narrador parece prescrever um comportamento que se relaciona com uso dos conceitos de direito e justiça igualmente referenciado na branquitude. Ora, se procurar a polícia ou a justiça é algo que acompanha as rotinas na branquitude com certa naturalização, o mesmo não se pode dizer para populações negras — vide seção anterior deste mesmo artigo. Trocando em miúdos, a narrativa acima apresenta um olhar externo do narrador em relação ao racismo: ele desconhecia essa estrutura, ele está fora dessa estrutura e tem uma solução para ela.

Um outro discurso que atravessa mais lateralmente a construção narrativa de Theo é o meritocrático, que se deixa perceber pelo modo como seu protagonista está predicado com base em suas qualificações profissionais (“*excelente formação e currículo*”), e também a partir da representação de sua voz no diálogo construído que encerra a narrativa, quando somos apresentados a sua origem (“*de família simples e humilde*”) e a sua história de esforço individual (“*custou muito para chegar onde cheguei*”). Vemos representada, então, uma pessoa cuja trajetória de vida inicia sem perspectiva, mas alcança resultados graças a suas qualidades inerentes e dedicação ao trabalho: um sujeito “ideal” do sistema neo-liberal.

Contrastamos a partir de agora a postagem de Theo van der Loo com outra narrativa, gerada em uma *live* de lançamento do movimento Pacto da Promoção da Equidade Racial, em julho de 2021. Da *live*, participaram 13 pessoas ao todo, e a duração total do evento é de cerca de 1,46 hora. Para os fins deste texto, selecionamos apenas a narrativa de Hélio Santos, homem negro, professor e consultor de estão, atual Presidente do Conselho do Pacto.

Excerto 6:

Enquanto vocês falavam, sobretudo enquanto o Michael que é aí de todos nós, o menino do time, e também o Gilberto Costa, eu fiz um filme aí desses últimos 40 anos, numa época Jair que até me emociona um pouco, em que nós falávamos para nós mesmos. Lembro da Lélia Gonzales Abdias Nascimento nos anos 70, pregando no deserto abrindo essas veredas e o mundo corporativo é importante porque os bens e serviços que a sociedade consome, são produzidos por essas organizações. Portanto, ter lutado para que nós incluíssemos negros e negras nas universidades públicas, pede num momento seguinte, que esses negros também sejam endereçados para melhores empregos.

Como eu havia dito antes, o nosso programa não só valoriza o talento e repito ninguém pode impunemente desperdiçar talentos e ao mesmo tempo que investe na educação, eu penso que são dois vetores importantes, e eu não viria para uma iniciativa dessa se ela não seguisse aquilo que a Adriana falou “Nossos passos vêm de longe”.

O importante é que hoje nós temos na luta antirracista, um setor que não tinha estado com a força que tem que é o mundo corporativo.

Jair, ao trazer a questão racial, ao dar à questão racial esta centralidade econômica nós podemos dizer que começamos a buscar uma mudança estrutural do Brasil realmente. Então, esse programa, ele transcende ao que a gente pensa que está fazendo, porque ele vai induzir o Setor Público a ver a questão racial de outra forma.

É um privilégio estar aqui, estar em companhia dos parceiros jovens, mas que tenho que admirar: um Diretor Financeiro como Gilberto Costa, um Econometrista como Michael França que estão juntos em uma malha enorme de ativistas dos mais diferentes perfis que vão dar apoio.

Nós, vamos dar transparência e, de minha parte, quero eu, que o Movimento Negro sempre esteja presente acompanhando, verificando, intuindo e somando às forças econômicas.

Diferentemente do que acontece na narrativa anterior, nota-se na fala de Hélio Santos a referência não a um momento específico, localizado em um cronotopo contemporâneo, mas a recuperação de um histórico longo, que remete ao Brasil dos anos 1970. A expressão metafórica “*nossos passos vêm de longe*” aponta para a antiguidade do movimento antirracista, inserindo a pauta da equidade racial no contexto empresarial em meio a políticas de reparação mais amplas, há muito tempo pensadas, como a referida política de cotas. A fala de Hélio Santos, no lugar de contrastar um período em que não se sabia sobre o racismo com a epifania sobre sua descoberta, parece opor dois tempos distintos: um antigo, em que já se falava sobre a questão, mas sem adesão ampla de variados setores da sociedade, e um tempo presente, em que se podem observar mais pessoas se juntando à causa.

Um movimento semelhante se realiza em relação aos personagens desta segunda história, que convoca para a cena ativistas tradicionais do movimento negro (grupo no qual o próprio narrador

se inclui e a quem ele credita a origem da proposta, testemunhada por ele); a população negra de maneira geral; o mundo empresarial e setor público e a equipe que está trabalhando no projeto e integrando a mesa, predcados como “*jovens*”, “*talentosos*” e “*unidos*”. Nota-se que, aqui, o que se torna relevante não é o esforço individual, mas a “união” e a coletividade da iniciativa (“*nosso passo*”). Observa-se também que as ações narradas não aparecem como circunscritas ao mundo empresarial, mas como “uma mudança estrutural do Brasil”.

É importante perceber que, ao deixar expresso o papel do Movimento Negro no processo de inclusão racial nas empresas, Hélio Santos parece estar selando e celebrando uma nova parceria. Note-se que não se trata, como na postagem de Theo van der Loo, de uma “prescrição” — o que implicaria uma figura que sabe e outra que não sabe sobre o remédio para o racismo. Com a projeção de outra atitude epistêmica, vê-se que todos estão igualmente implicados. Além disso, há uma diferença também no vetor da aliança descrita: é o mundo corporativo que adere à luta antirracista; não são os empresários brancos aqueles que protagonizam o esclarecimento sobre o racismo e a resposta ao problema.

O discurso pró-inclusão, quando empregado pelas próprias vozes empresariais brancas, é frequentemente apontado como um discurso conveniente, uma vez que possibilita à empresa apresentar-se sob uma luz favorável, atraindo mais consumidores, e, conseqüentemente, capital (Polese 2020). Apesar disso, não pretendemos, com essa análise, deslegitimar a postagem de Theo van der Loo, sem dúvida um marco importante para o discurso pró-diversidade em empresas, que de fato contribui para a inserção de profissionais negros/as no mercado de trabalho. De qualquer forma, nos parece interessante notar como duas narrativas com o mesmo propósito — o da inclusão — podem se manifestar discursivamente de forma distinta: uma delas articulada com a branquitude, e a outra alinhada à história da luta antirracista.

5. O discurso religioso protestante e seu papel na (des)construção da identidade racial de cristãos no Brasil

O crescimento do protestantismo no Brasil, mais especificamente o das igrejas pentecostais e neopentecostais⁴, suscita questionamentos acerca da maneira como alguns adeptos do cristianismo (negros ou brancos) lidam com temas e problemas raciais. Isso se torna especialmente relevante quando comparamos o que ocorre no Brasil com a atuação da igreja protestante negra nos Estados Unidos no chamado Movimento dos Direitos Civis. É sabido que o protestantismo teve grande papel em tal movimento (Morris 1984), um momento histórico em que a busca por combinar valores cristãos a um significado para a vida social permitiu que parcela significativa da comunidade negra protestante do Sul dos Estados Unidos transcendesse suas práticas religiosas e passasse a agir em

4 Entre 2000 e 2010 os evangélicos cresceram cinco vezes mais que a população brasileira, tendo o contingente de pessoas que se declararam evangélicas no Brasil saltado de 6,6% (1980) para 22,1% (2010), percentual que, à época, correspondia a um total de 42,3 milhões de pessoas (Jacob, C.R.; Hees, D.R.; Waniez, P 2013).

resistência ao contexto de segregação a que eram submetidos. Já no Brasil, o debate racial no âmbito do protestantismo precisa ter em conta especificidades históricas como o mito da democracia racial ou do paraíso racial brasileiro⁵, discursos que se difundiram amplamente e por muitas décadas – naturalizando a ideia de que as raças viviam em harmonia e que a cor da pele não implicaria vantagens ou desvantagens sociais, políticas e econômicas⁶.

Nos dias de hoje, poucas são as denominações evangélicas que debatem questões raciais abertamente. Os mitos da democracia e do paraíso racial se somam a outros discursos de ampla circulação nas igrejas e alguns de seus setores que agravam o silenciamento nesses espaços. O primeiro deles é o de que a inclusão de um debate sobre a questão do racismo instalaria nesses espaços uma espécie de cisma racial; outro é a interpretação, por vezes tendenciosa, por vezes ingênua, de que aqueles que ‘aceitam a Cristo’ são feitos filhos de Deus e, portanto, são iguais à Sua imagem e semelhança, o que anularia diferenças raciais.

Para compreendermos melhor como o apagamento da questão racial se faz presente no cotidiano das igrejas evangélicas, bem como as possíveis formas de resistência a esse fenômeno, apresentaremos uma pequena análise de dois excertos narrativos de pessoas autodeclaradas negras e adeptas da religião cristã protestante contadas em situação de entrevista. A análise está embasada na dicotomia “existência” versus “inexistência” de raças no contexto das igrejas protestantes: uma chave para entendermos um dos principais efeitos da rede de crenças do sistema religioso sobre a identidade racial dos entrevistados e de boa parte da comunidade cristã evangélica autodeclarada negra no Brasil.

Identidade aqui pode ser definida como manifestação discursiva produto de interações sociais em que a ideia que um indivíduo faz de si mesmo é intermediada pelo reconhecimento obtido dialogicamente com a alteridade. Segundo Hall (2006), já citado neste artigo, as identidades “têm a ver com a questão da utilização dos recursos da linguagem e da cultura para a produção não daquilo que nós somos, mas daquilo no qual nos tornamos”. Para a população negra, a construção identitária se dá aos poucos e envolve inúmeras causas e efeitos, desde as primeiras relações estabelecidas no grupo social mais íntimo. É uma tarefa eminentemente política, uma vez que a organização das condições de possibilidade que permitem a um indivíduo autodeclarado negro ter um rosto próprio, conforme nos lembra Nilma Gomes (2005), só pode emergir depois que essa pessoa rompe com o ensino de que deve ser uma caricatura do branco.

Dito isso, passaremos à análise do primeiro excerto, que aparece na entrevista de Edson (pseudônimo), um advogado que professa a fé protestante há cerca de 21 anos. Edson não nega que a

5 Para além do mito da Democracia Racial, vale mencionar que a história do cristianismo (seja ele católico ou protestante) no Brasil colônia é marcada por silenciamentos e até conivência com a questão da escravização de africanos. Enquanto a Igreja Católica atuava como parte da colonização com as missões evangelizadoras, o Protestantismo que chegou ao novo mundo apenas no período da invasão holandesa (1630 a 1654) e foi oficialmente permitido em 1823, não manifestou opiniões públicas sobre a escravidão ou sobre a abolição.

6 O conceito “Democracia Racial” foi elaborado a partir do discurso do sociólogo Gilberto Freyre na obra *Casa Grande & Senzala*, de 1933.

raça seja um fato, e vê esse conceito em operação nas relações interpessoais. No entanto, o entrevistado parece ainda não conceber essa noção como algo que integre a organização econômica e política da sociedade, sustentando a lógica de desigualdades e violência que moldam a vida social contemporânea (Almeida 2019). Esse excerto aparece em um momento da entrevista em que Edson faz menção a um incidente racista sofrido por ele por parte de um membro da igreja onde congregava. Em lugar de enfrentar o problema, reagindo ao nível da gravidade da situação, o advogado, no lugar de “gritar” ou “correr atrás do prejuízo”, conforme seus próprios termos em outro momento da entrevista, informa ao pesquisador (Alexandre) que a primeira coisa que pensou foi que “não poderia entrar em litígio contra um irmão”⁷:

Excerto 7:

Alexandre Você não se deixar [vencer pelo-]pelas suas

Edson [com certeza]

Alexandre Emoções, né?

Edson Com certeza.

Alexandre Teve alguma coisa a ver com religião ou Não?

Edson Te::ve, te::ve

Alexandre Teve.

Edson Primeira coisa que eu pensei que eu não posso entrar em litígio contra um irmão.

Alexandre Hum.

Edson Entendeu?

Alexandre Entendi::

Edson Eu não posso entrar com litígio.

Alexandre Entendi.

Edson A primeira coisa porque me- a minha

Percebe-se aí a interposição de um dogma da sua rede de crenças, que o dissuadiu de entrar na justiça (por exemplo), pois esse princípio recomenda que é preferível ao crente sofrer o prejuízo (e “entregar pra Deus”) a buscar reparação (de algo feito contra ele) contra um irmão na fé. A opção de Edson por priorizar um princípio de sua crença religiosa (mesmo tendo experienciado um caso grave de racismo) tem como consequência um fenômeno bastante perceptível dentro do ambiente religioso em cena: o silenciamento e neutralização de ações de resistência e combate ao racismo e ao preconceito.

Agora observaremos um segundo excerto que faz parte de uma entrevista com Jaílson (também pseudônimo) um pastor graduado em Teologia e em Comunicação Social, que, à época da entrevista, cursava o mestrado em Teologia Sistemático-Pastoral em uma universidade no Rio de Janeiro, com ênfase na perspectiva conhecida como Teologia Negra. Jaílson ultrapassa a visão do

7 Convenções de Transcrição dos excertos 7 e 8: alongamento de vogal (::); Sobreposição de fala ([]).

entrevistado anterior sobre os efeitos da raça na vida das pessoas negras. Ao narrar um episódio de cancelamento de uma mesa de debates sobre racismo na igreja, ele, que trabalhava em um departamento que promoveria o evento, indexa um grau de letramento racial que lhe permite a construção de uma identidade racial já amadurecida. Compreendemos que isso o leva não somente a identificar o problema do racismo, mas também organizar meios para combatê-lo.

Excerto 08:

E aí, no dia do Evento, na semana do evento, no desenrolar do evento essa roda precisou ser cancelada. Não por nós, mas porque aquelas pessoas que estavam acima de nós preferiram cancelar porque houve algumas falas que tentaram diminuir a figura dos dois convidados. Então eles foram desconvidados e consequentemente a roda não aconteceu como a gente gostaria. Mas naquele momento eu me vi assim na responsabilidade da roda acontecer de alguma maneira, porque tinham pessoas de diversos estados que estavam esperando por aquele momento e que talvez aquele fosse o único espaço em que as pessoas falassem sobre a questão racial na igreja. E aí a gente optou por, optou por fazer a roda da seguinte maneira. A gente fez três perguntas e quem respondeu não foram, não fui eu, não foram outras pessoas convidadas mas sim foram os próprios jovens e adolescentes que estavam ali. Então foi um momento bem legal, bem emocionante porque a gente ouviu inúmeros relatos, diversas histórias e ali foi uma mudança pra mim, virou uma chave pra mim. Eu falei, “a igreja precisa falar sobre isso. E eu tenho um lugar que pode se, que pode ser ocupado de maneira mais efetiva.

As ações narradas por Jailson, ancoradas no sistema de crenças de uma Teologia negra, contribuíram para que a tentativa de se interpor um silêncio sobre a temática em um congresso tão importante não fosse bem-sucedida. Tal atitude, encarnada em uma conversa sobre racismo com jovens dos quatro cantos do Brasil, grande parte oriundos de locais onde a discussão desse tema seria inimaginável – ainda que fora dos moldes pensados originalmente –, funciona como uma fissura na prática de apagar as questões raciais no contexto religioso protestante. O efeito desse ato de resistência certamente vai no sentido da criação de uma esfera religiosa que acolhe e não exclui ou condena afirmações de identidades reprimidas nos segmentos excluídos da esfera social; e também de um ambiente que favorece o enfrentamento de questões que fazem parte da realidade da opressão negra dentro e fora do contexto eclesial.

A partir dos dois excertos selecionados, pode-se inferir que um sistema de coerência religioso contribui para fabricar a identidade racial do fiel autodeclarado negro, operando marcações de diferença capazes de produzir identidades com maior ou menor engajamento em questões raciais. Vimos que, no primeiro excerto, práticas de enfrentamento/resistência ao preconceito/racismo foram anuladas e/ou atenuadas pela entrada em operação de alguma crença do sistema religioso em questão. Tal fenômeno ajuda a compreender o silêncio característico desse grupo religioso em relação à temática, ajudando em parte a compreender porque “durante sua história, a Igreja brasileira mostrou-se predominantemente alheia às discussões de base sobre questões raciais” (Oliveira 2015:111). Já no segundo excerto, vimos que, quando adotada por um fiel, a perspectiva teológica denominada Teologia Negra parece contribuir para a produção de uma identidade social racialmente engajada, contribuindo para a produção de *relatos* que utilizam a noção de raça de modo compatível com a rede de crenças da religião cristã protestante.

À guisa de conclusão

Os contextos aqui analisados advêm de pesquisas realizadas por integrantes do grupo de pesquisa NAVIS. Afinados com a agenda político-social da Linguística Aplicada contemporânea (Moita Lopes 2006), nossas pesquisas privilegiam reflexões que ampliam a visibilidade de grupos minoritários e situações de exclusão social nas mais diversas áreas. Neste trabalho, procuramos dar visibilidade a práticas discursivas racistas e antirracistas.

O Brasil conta com a maior população negra da América Latina. Isso tem relação com os séculos de escravização dessa população no país. Esse regime deixou diversas marcas em nossa história e o racismo é uma delas. Conforme discorreremos no presente artigo, o racismo estrutural e estruturante é alimentado por práticas discursivas em variadas esferas da vida social.

Os três contextos apresentados refletem algumas das dificuldades enfrentadas pela população negra no Brasil. Procuramos explorar como raça e do racismo são conceitos em disputa na luta por justiça das mães de vítimas de violência policial; como o acesso de pessoas negras às esferas de poder no cenário corporativo/empresarial tem sido negociado tendo em vista o discurso da branquitude e da meritocracia, e como se (des)constrói o silenciamento do racismo no contexto das religiões protestantes. Para além disso, procuramos destacar os modos narrativos de resistir, construindo inteligibilidades para as questões raciais a partir do exercício discursivo de (re)organização da experiência.

E não estamos sós nessa empreitada. Se compararmos o cenário brasileiro com o restante da América Latina, podemos compreender o caráter estrutural e translocal do racismo. Apesar de presentes em menor número em outros países latinos (à exceção do Haiti), os afro-latinos enfrentam situações de racismo cotidiano enquanto lutam para terem sua existência reconhecida pelo Estado. Em 2013, por exemplo, a República Dominicana determinou que a nacionalidade de seus cidadãos passa a ser decorrente de descendência, e não mais de nascimento – decisão que afeta diretamente a população de origem haitiana (majoritariamente negra) radicada no país desde a década de 1930. Com isso, mais de 300 mil pessoas negras foram deportadas. Essa medida tem relação com a política de embranquecimento adotada desde muitos anos no país (Estrella 2020). A história da Argentina é marcada pela invisibilização da população afro-argentina, com o “mito da homogeneidade racial”, expressa na ideia de que a Argentina seria uma nação livre de racismo, já que seria constituída fundamentalmente por herdeiros da imigração européia e branca (Orsi 2022). Contra o apagamento da história da escravização no país e por seu reconhecimento, movimentos afro-argentinos têm lutado pela inclusão do autorreconhecimento racial no censo nacional. Esses dois países exemplificam um pouco como a questão racial e o racismo foram e ainda são invisibilizados na América Latina – seja por práticas políticas institucionais, seja pela replicação discursiva de ideologias discriminatórias disseminadas ao longo da história –, e como ainda precisamos juntar esforços para o seu combate em nível translocal.

Conforme discorreremos na seção quatro, a noção de reexistência faz referência à desestabilização de discursos já cristalizados na sociedade (Souza 2009). Compreendemos que práticas de resistência que fissuram a estrutura racista em nossa sociedade ultrapassam a noção de resistência (no sentido de não ceder, nem sucumbir) e configuram-se como reexistência, na medida em que atribuem novos significados a práticas outrora reconhecidamente racistas. Acreditamos que, nos três contextos, narrativas aqui apresentadas funcionem como contra-discursos, como práticas de reexistência que desestabilizam práticas e percepções enraizadas estruturalmente no senso comum;

seu estudo pode, além de promover compreensões que elucidam os modos como esses discursos (ainda) circulam e ganham força da América Latina atual, também pode nos apontar as brechas que diferentes grupos sociais têm ocupado nos embates para legitimar outros sentidos.

Referências

- ALMEIDA, S. L. 2019. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte (MG): Letramento.
- ARAÚJO, E.P. 2020. *Cada Luto, uma Luta: narrativas e resistência de mães contra a violência policial*. Rio de Janeiro: Numa Editora.
- BARBOSA, J.C. 2002. *Negro não entra na Igreja: espia da banda de fora. Protestantismo e escravidão no Brasil Império*. Piracicaba. Editora UNESP.
- BAKHTIN, M. 1979. *Marxismo e filosofia da linguagem: Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. São Paulo: Hucitec.
- BUTLER, J. 1990. *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. Routledge, New York.
- _____. 2019. *Vida precária: os poderes do luto e da violência*. Belo Horizonte: Autêntica.
- DE FINA, A. 2021. Doing narrative analysis from a narratives-as-practices perspective. *Narrative Inquiry*, v, 31, n. 1, p. 49-71.
- ESTRELLA, A. 2020. *Muertos Civiles: Mourning the Casualties of Racism in the Dominican Republic*. Anthrosource . p 41-57. 2020. Volume 28.
- EVARISTO, C. 2017. *Becos da Memória*. Rio de Janeiro: Pallas.
- FANON, F. 2008. *Pele negra, máscaras branca*. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA.
- FOUCAULT, M. A. 1997 [1969]. *Arqueologia do saber*. Tradução de L. F. B. Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- GERGEN, M.M.; GERGEN, K. J. 2006. Investigação qualitativa: tensões e transformações. In: DENZIN, N. K., LINCOLN, Y. S. (Org.). *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*, pp. 367-388, Porto Alegre: Artmed.
- GOMES, N. L. 2005. “Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão”. In: BRASIL. *Educação anti-racista: caminhos abertos pela lei federal nº 10.639/03*, pp. 39-62 Brasília: MEC.
- _____. 2019. *Escravidão: do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares*. vol. 1; 1a. ed. Rio de Janeiro: Globo Livros.
- HALL, S. 2015. *Raça: o signo flutuante*. Tradução de Liv Sovik, em colaboração com Katia Santos. Conferência. Goldsmiths College: London, Media Education Foundation.
- _____. 2006. *A identidade cultural da pós-modernidade*. São Paulo: DP&A.

- JACOB, C.R.; HEES, D.R; WANIEZ, P. 2013. *Religião e Território no Brasil: 1991/2010*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio.
- KILOMBA, G. 2019 [2008]. *Memórias da Plantação: Episódios de Racismo cotidiano*. Trad. Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó.
- LABOV, W.; WALETSKY, J. 1967. Narrative Analysis: oral versions of personal experience. In HELM, J. (org.) *Essays of the verbal and visual arts*, pp. 12-14. Seattle: University of Washington Press.
- _____. 1972. The transformation of experience in narrative syntax. In: *Language in the inner city*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- LINDE, C. 1993. *Life stories: the creation of coherence*. Oxford: OUP.
- LORDE, A. 2009. *Textos Escolhidos*. Herética Edições Lesbofeministas Independentes. *I Am Your Sister – Collected and unpublished writings of Audre Lorde*. Oxford University Press.
- MBEMBE, A. 2018. *Necropolítica*. São Paulo: N-1 Edições.
- MELO G. C. V; SILVA JR, P. M.; MARQUES, A. S. 2022. Discursos sobre raça: quando as teorias queer nos ajudam a interrogar a norma. In: MELO, G. C. V.; JESUS, D. M. *Linguística Aplicada, raça e interseccionalidade na contemporaneidade*. Rio de Janeiro: Mórula.
- MISSE, M. 2001. “Autos de Resistência”: uma análise dos homicídios cometidos por policiais na cidade do Rio de Janeiro (2001-2011)”. *Relatório Final de Pesquisa – Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflitos e Violência Urbana*. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mimeo.
- MOITA LOPES, L.P. (Org.). 2006. *Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial.
- MORRIS, A. 1984. *The origins of the Civil Rights Movement: Black communities organizing for change*. New York: Free Press.
- OLIVEIRA, M. D. A. 2015. *Religião mais negra do Brasil: por que os negros fazem opção pelo pentecostalismo?* Viçosa: Ultimato.
- ORSI, G. O. 2020. “Não há negros na Argentina”: o mito da homogeneidade racial argentina. *Simbiótica*, v.9, n.2, mai.-ago./2022 Vitória: Brasil.
- POLESE, P. 2020. *Machismo, racismo, Capitalismo Identitário: as estratégias das empresas para as questões de gênero, raça e sexualidade*. São Paulo: Hedra.
- SOUZA, A. L. S. 2009. *Letramentos de Reexistência: culturas e identidades no movimento hip-hop*. Tese (doutorado em Letras) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas: São Paulo.
- VEIGA, E. 23/08/2020. O Brasil vive a banalização da morte? *Deutsche Welle*, Brasil.

LIANA DE ANDRADE BIAR: Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem/Departamento de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. É bolsista de Produtividade em Pesquisa CNPq e Jovem Cientista do Nosso Estado/ FAPERJ.

Correo electrónico: lianabiar@gmail.com

ETYELLE PINHEIRO E ARAÚJO: Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes da UNIGRANRIO. É Doutora em Letras/Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e estagiária de pós-doutorado na PUC-Rio, com bolsa da FAPERJ - PDR10.

Correo electrónico: etyelle.araujo@gmail.com

ALEXANDRE FLORÊNCIO DOS SANTOS: Doutor em Letras/Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Correo electrónico: aflorencio_br@msn.com

LIANA DE ANDRADE BIAR: Doutoranda em Letras/Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Correo electrónico: cle_mello@yahoo.com.br